

Luta Sintrajusc convida servidores a construir juntos a chapa da oposição em Santa Catarina

Movimento de oposição quer um sindicato independente de governos e administrações de tribunais e que defenda os interesses da categoria

Este ano haverá eleição para direção do Sintrajusc, em Santa Catarina. A Oposição Luta Sintrajusc convida os servidores que discordam dos rumos dados ao sindicato pela atual diretoria e que entendem que ele precisa ser independente de governos e de administrações de tribunais a construir a chapa da mudança.

Para Sérgio Murilo, da Justiça do Trabalho, vem crescendo entre os servidores um desejo de mudar o Sintrajusc. "A categoria está há muito tempo insatisfeita com o sindicato", avalia. A atual diretoria, observa, vem se omitindo em diversas questões nas quais o governo Lula está envolvido e, em geral, também está longe dos locais de trabalho.

Empenhado na construção do movimento de oposição, Daniel Ferreira, da JT em Imbituba, diz que as idéias defendidas pelo Luta Sintrajusc amparam-se em convicções políticas históricas da organização sindical dos trabalhadores. "As mudanças são necessárias principalmente no período que vivemos,



Sérgio Murilo: mudar o sindicato



Daniel: oposição ao imobilismo

onde as direções sindicais governistas utilizam esta estrutura para conduzir os trabalhadores ao imobilismo", analisa.

O Luta Sintrajusc convida a categoria a participar do movimen-

to de oposição e a ajudar a construir uma forte chapa, para fazer o sindicato voltar a ser uma entidade que organize as lutas e seja capaz de lutar por um plano de carreira que atenda aos anseios dos servidores.

Contatos com a Oposição em SC

Email: murilocoactos@yahoo.com.br Tels: (48) 9602 3416 (Serginho) e 9961 8118 (Edson Régis, TRE)

RIO DE JANEIRO

Viva Voz faz oposição ao sindicalismo chapa-branca no Rio

A Oposição Viva Voz, que disputou as eleições para o Sisejufe, no Rio de Janeiro, distribuiu carta aos servidores na qual agradece os votos recebidos e reafirma a convocação de permanecer atuando enquanto um pólo de defesa do sindicalismo independente de governos e administrações de tribunais.

A campanha da Chapa 2 - Viva Voz teve como marca a oposição ao sindicalismo chapa-branca, atrelado ao governo, praticado por pessoas ligadas a centrais como a CUT.

Para a Oposição Viva Voz, os quase 40% de votos recebidos demonstram que uma parcela significativa da categoria percebeu o perfil chapa-branca de certos setores do sindicalismo e concorda com a idéia de que o sindicato tem que atuar de forma independente na defesa dos interesses dos servidores.

Os integrantes da Viva Voz afirmam que seguirão atuando para que isso ocorra em todas as questões ligadas ao sindicato e à categoria, como na luta em curso por um pla-



Integrantes da Chapa Viva Voz, que disputou as eleições no Rio

no de carreira de fato dos servidores, que aponte para democratização das relações de trabalho e dê perspectivas de crescimento profissional para o servidor.

A Viva Voz agradece o apoio nacional recebido da categoria por intermédio do Luta Fenajufe. E convida os servidores do Rio de Janeiro que também querem um sindicato de luta, independente e democrático a construir junto este movimento de resgate da história combativa do Sisejufe.

INFORMES

MATO GROSSO

Sindijufe filiado a Conlutas

Mais um sindicato de servidores filiou-se a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas). Por unanimidade, a assembléia do dia 12 de junho do Sindijufe, de Mato Grosso, aprovou a filiação, já indicada pelo Colegiado de Base, pelo Plenário e pela Diretoria Executiva. O debate sobre a filiação a uma central sindical durou um ano e passou por seis assembleias gerais.

SÃO PAULO

Todo apoio à luta contra remoções forçadas

Oficiais de justiça do Estado de São Paulo foram removidos pela administração da Justiça Federal, 26 na capital e 13 em Ribeirão Preto, interior paulista.

O Sintrajud vem mobilizando o setor (foto) contra a decisão unilateral e pede o apoio nacional da categoria contra o ato arbitrário sofrido pelos oficiais de justiça.



PARANÁ

Sinjutra debate carreira e unificação

Os servidores do Judiciário Federal do Paraná debatem a unificação de suas três entidades sindicais. Na Justiça do Trabalho, isto se dá concomitante com a questão do plano de carreira.

Aconteceu em Londrina, nos dias 20 e 21 de setembro, o 2º Encontro Estadual sobre Plano de Carreira e Unificação Sindical.

Para José Padilha, do Sinjutra, é possível um grande avanço na organização no Paraná. "Cada sindicato deve encaminhar a discussão com sua base, culminando com um congresso de unificação", explica.

PIAUI

Apoiar a luta do Sintrajufe pela liberdade de organização dos servidores

O movimento nacional Luta Fenajufe se solidariza com os servidores da Justiça Federal do Piauí e com o Sintrajufe na luta pelo direito à livre organização sindical.

O sindicato denunciou que os servidores de uma vara federal foram proibidos de se reunir para discutir problemas nas condições de trabalho, agravados por 80 mil processos do Juizado Especial.

Nota da diretoria do sindicato critica quem tenta impedir a organização dos trabalhadores: "A liberdade de organização é um direito fundamental. É por meio da organização das pessoas em movimentos sociais, políticos e culturais que acontecem as mudanças e os avanços em nosso mundo. Alguns não têm essa clareza e agem na contramão da história".

LUTAFENAJUFE!

Oposição Nacional

Outubro/2008

Jornal do Coletivo Luta Fenajufe

nº 07 Edição Nacional

Fale conosco:

lutafenajufe@terra.com.br

Blog: lutafenajufe.zip.net

Sem ouvir servidores, Fenajufe indica um único nome para negociar carreira no STF
Editorial na pág. 3.

CALENDÁRIO	
outubro	
Dia 16	ato em Brasília com caravanas de servidores;
Dia 17	plenária nacional dos servidores (Cnesf), em Brasília;
Dia 19	Seminário de saúde da Fenajufe.
novembro	
Dias 8 e 9	Seminário nacional de carreira, em Brasília
Dias 14 e 15	Encontro nacional do MPU, em SP
Dias 20 a 23	Encontro do Cone Sul.
Dias 26 a 28	Reunião ampliada para aprovar a proposta de carreira

Por um debate democrático que una a categoria para lutar pelo plano de carreira

É o que aprovaram representantes de 23 sindicatos na reunião ampliada da federação; categoria tem que ser ouvida e decidir quem a representará nas negociações

Depois de três planos de cargos e salários, os servidores do Judiciário Federal e do MPU têm agora a tarefa de elaborar uma proposta de plano de carreira e lutar por ela.

É um desafio a ser vencido para conquistar uma perspectiva de evolução na vida profissional, o que é hoje vetado pelo Estado. É também oportunidade para refletir sobre o papel dos serviços públicos e dos servidores.

É lugar-comum falar que

os serviços públicos não funcionam. Mas não funcionam para quem e para quê? Na saúde e educação, por exemplo, o fracasso ou insuficiência das iniciativas públicas abriu as portas do setor para o comércio do ensino e da assistência médica.

No modelo de serviço público adotado no país ao longo dos últimos 20 anos, não há espaço para o servidor público com estabilidade e perspectivas de carreira.

Este servidor atrapalha.

Precisa-se de trabalhadores sem compromisso e sem eles com o serviço público, descartáveis. As fundações públicas de direito privado que governantes querem adotar nem sequer prevêem o servidor estatutário.

Planos de carreira que valorizem o servidor e democratizem e reforcem o papel público do Judiciário e do MPU naturalmente vão se opor a este processo de priva-

tização que se generaliza no Estado brasileiro.

É grande o desafio. Muitas serão as pressões para que a categoria contente-se com uma proposta restrita à questão salarial e abandone projetos mais elaborados de planos de carreira, que, além da dignidade salarial, permitam pensar os serviços públicos e evoluir na carreira. Mas reside aí o compromisso de cada servidor com sua vida profissional e com as políticas públicas.

Mais sobre o plano de carreira nas páginas 3, 4, 5 e 6.

Participar do encontro do MPU

Acontece em São Paulo, dias 14 e 15 de novembro, o 2º Encontro Nacional sobre o MPU. Convocado pela federação, ele debaterá o plano de carreira e a organização sindical do Ministério Público da União.

O Luta Fenajufe considera fundamental comparecer ao encontro. Servidores de todo MPU, mesmo onde não estão nos sindicatos filiados à Fenajufe, podem e devem participar.

Projetos que tratam do PCS e do recesso podem ser votados após as eleições
Página 7



FOTO: JESUS CARLOS / IMAGEM LATINA

Defender Direitos

A Conlutas aprovou resolução na qual defende o fortalecimento da Cnesf, a coordenação nacional dos servidores federais.

Há urgência: ao menos sete projetos na Câmara e no Senado, apoiados por Lula, atacam desde a estabilidade do servidor até o direito de greve. A Cnesf terá plenária em 17 de outubro. Servidores do Judiciário e MPU participaram do 1º congresso da Coordenação Nacional de Lutas (foto), em Betim (MG), que fez chamado à unidade, em especial à Intersindical, em prol de uma central independente de governos e empresários.

OPINIÃO DO LUTA FENAJUFE

A História não acabou

Estima-se que algo entre US\$ 1 trilhão e US\$ 1,5 trilhão de recursos públicos foram usados ou liberados este ano pelo governo dos Estados Unidos para "salvar" o mercado capitalista mundial com o socorro a bancos e seguradoras. O valor supera o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil, o conjunto das riquezas produzidas em um ano no país.

A crise no mercado americano, com reflexos mundiais, considerada a maior desde a quebra de 1929, pode ser vista como a pá de cal no

discurso liberal de não interferência estatal na economia.

Porém é mais que isso. É o ápice da política econômica que advoga um estado mínimo para as ques-

Retira-se das aposentadorias, dos salários e da atuação social do Estado para pagar juros a especuladores, que agora bancos centrais de todo mundo se apressam em socorrer.

A CRISE DO "MERCADO" NÃO PODE SER PAGA PELOS TRABALHADORES E PELO SERVIÇO PÚBLICO

tões sociais e, veladamente, máximo para o capital. Toda privatização, ataque à previdência e corte trabalhista não passa, no final das contas, de transferência de recursos do trabalho para o capital.

O economista Washington Lima informa que, no Brasil, de janeiro de 2002 a janeiro de 2008, o governo Lula pagou R\$ 1, 217 trilhão de juros da dívida pública. No mesmo período, ela pulou de R\$ 566 bilhões

para atuais 812 bilhões. Pagou-se duas vezes a dívida e ela cresceu.

O presidente dos EUA, George Bush, quer sinal verde para dar 700 bilhões de dólares aos bancos. Neste contexto, o judiciário cumpre papel estratégico para o sistema, já dito pelo Banco Mundial: dar segurança jurídica para o capital - na atual crise, ver, sabe-se lá como, legalidade em transações tão indecentes que misturam dinheiro público e especuladores. Lutemos para mudar essa história.

Projetos que atacam os servidores

Substitutivo do PL 4.497/01 - Tentativa de acabar com o direito de greve dos servidores públicos. Está na Comissão de Constituição e Justiça. Aguarda parecer do relator. Tem caráter terminativo, não precisará ir ao Plenário

PLP 248/98 - Herdado de FHC e encampado por Lula, que era contra. Prevê a demissão de servidores por insuficiência de desempenho. É o fim da estabilidade na prática. Aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara em 09/10/2007, está pronto para ser votado no plenário.

PEC 12/06 - Institucionaliza o calote no pagamento de precatório, além de retirar o caráter alimentar dos precatórios dos servidores. Está aguardando ser colocado em pauta para votação no plenário do Senado Federal, em dois turnos. Depois, vai para exame na Câmara.

PLP 01/07 (atual 611/07)- Limita gastos com a folha dos servidores e pode deixar os salários congelados por dez anos. Economistas afirmam: os recursos são insuficientes até para o aumento vegetativo da folha, decorrente das promoções automáticas. Inviabiliza concursos e contratações. Na Mesa da Câmara, com prioridade, aguarda parecer da Comissão Especial.

PLP 92/07: Cria fundações privadas para gerir serviços públicos de setores sociais, como saúde e educação. Sobre ele, a pesquisadora da UFRJ Sara Graneman disse: "É a maior privatização dos serviços públicos da história do país". "Extingue" o servidor. Contratações passam a ser via CLT e fundações. Aprovado na Comissão de Justiça da Câmara, pronto para o Plenário.

PL 1.992/07: É o fim da aposentadoria integral e paritária para novos servidores. Cria a previdência complementar, via fundos de pensões, no serviço público. Está na Comissão de Trabalho da Câmara. O parecer do relator é contrário à proposta.

Imposto sindical - O Ministério do Trabalho apresentou anteprojeto de lei que cria a contribuição negocial, no lugar do imposto sindical. As centrais sindicais "oficiais" querem continuar lucrando com os trabalhadores e avançar sobre os servidores. A "contribuição" seria de 1% sobre a remuneração anual.

Encontro busca unidade dos trabalhadores da América Latina

Servidores do Judiciário também participaram do 1º Encontro Latino-Americano e Caribenho de Trabalhadores (Elac), logo após o congresso da Conlutas. O evento buscou uma atuação conjunta dos movimentos sindical e sociais de esquerda e independente de governos e de empresários.

Participaram mais de 150 delegados, de 21 países, entre eles da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Haiti, Venezuela e EUA, além do Brasil.

Os participantes elaboraram iniciativas de solidariedade para viabilizar a unidade nas lutas dos trabalhadores.

SERVIDOR É O ALVO Projetos podem ser votados após as eleições

Projetos de Lula e 'heranças' de FHC miram até direito de greve

Servidores precisam fortalecer a Coordenação Nacional da categoria (Cnesf), que terá plenária dia 17, para construir a mobilização contra projetos que tramitam no Congresso

Por Hélcio Duarte Filho

Existem pelo menos sete projetos de lei - alguns de Lula, outros de FHC - que atacam os servidores e podem levar a demissões, ao fim do direito de greve, à privatização de 12 áreas sociais dos serviços públicos e ao congelamento salarial, entre outras consequências (ver ao lado).

O mais recente é o que cria a contribuição negocial: substitui o imposto sindical e atinge os servidores. "É um projeto que dará muito dinheiro às centrais, acordado na cúpula do governo e centrais a ele



Lula e FHC: projetos contra servidores

Todos têm apoio do governo Lula. A maioria não avançou muito nos últimos meses devido às eleições.

O mais provável é que voltem a ser tratados com prioridade pela base parlamentar governista.

O **Luta Fenajufe** entende que é preciso fortalecer a Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais) e construir a mobilização contra tais projetos. A próxima plenária da Cnesf será dia 17 de outubro, em Brasília. Os sindicatos devem eleger representantes para participar.

Conlutas defende unidade dos que se mantêm na luta e não capitularam a Lula

Em seu 1º Congresso, Conlutas defende unidade com Intersindical para avançar na construção de central democrática e não-atrelada a governos

Por Jocilene Chagas

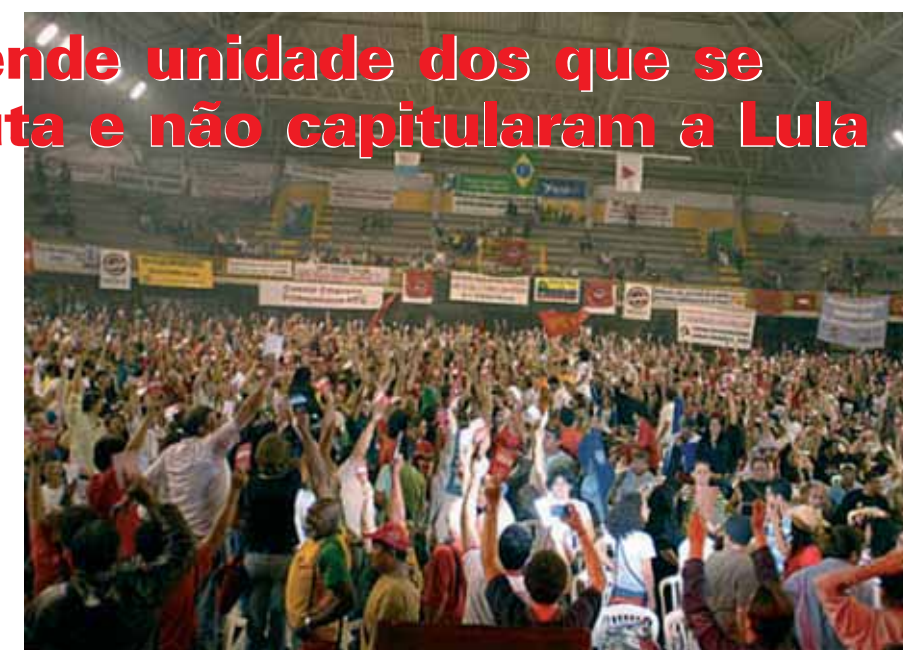
Dois anos após a sua fundação, aconteceu em Betim (MG) o 1º Congresso Nacional da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), com cerca de 3.500 ativistas de todo país. Do Judiciário Federal participaram representantes de São Paulo, Mato Grosso, Maranhão e Santa Catarina.

O Congresso, realizado em julho, foi marcado por intenso debate sobre as lutas no segundo semestre, o fortalecimento da campanha pela manutenção dos direitos dos trabalhadores e contra as reformas e projetos do governo Lula. Foi feito um chamado à unidade com a Intersindical, organização que também agrega sindicatos de esquerda no país.

Para Cláudio Klein, diretor da Fenajufe pela oposição, o Congresso fortaleceu a Conlutas como um pólo combativo, que reúne trabalhadores, estudantes e movimentos populares de todo país. Ele destacou a política da coordenação de estimular a participação da base nas suas decisões. "Foi um congresso extremamente democrático. Com certeza será um marco para o avanço da luta dos trabalhadores", ressaltou.

Para a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo, que par-

atreladas. Está sendo imposto aos trabalhadores", analisa Saulo Arcangeli, diretor da Fenajufe pela Oposição nacional.



O Congresso da Conlutas e os servidores do Judiciário Federal e MPU

ticipou da fundação da CUT e acompanhou a trajetória dessa central, que virou um "braço" do governo, o Congresso fez uma discussão de estratégia da classe trabalhadora. "Não basta somente a defesa dos direitos, a nossa luta é por outra sociedade porque no sistema capitalista não vamos obter conquistas que durem", afirmou.

Durante o encontro, diversas categorias do serviço público federal se reuniram para discutir problemas específicos. Dirigentes sindicais foram unânimes ao afirmar que é preciso avançar na unidade e mobili-

zação porque os ataques do governo Lula vão se intensificar após o período eleitoral.

Diretor do Sintrajufe/MA e da Fenajufe, Saulo Arcangeli fez um alerta para o PL 4.497/01, que acaba com o direito de greve dos servidores. "Depois desse virão muitos outros ataques e precisamos estar organizados para enfrentá-los", disse.

Nos dias 13 e 14 de setembro, no Rio, a primeira reunião após o congresso elegeu a diretoria executiva da Conlutas. Foi aprovada uma jornada de lutas de 12 a 17 de outubro.



Acima e ao pé da página, imagens de seminários e plenárias sobre o plano de carreira ocorridos em SP, MA, PR e AL, alguns dos muitos já realizados pelo país

LUTA PELA CARREIRA Construir uma proposta democrática de toda categoria

Um desafio para todos os servidores

Projeto para carreira deve se contrapor à privatização do serviço público e apontar para valorização do servidor e a democratização das relações no Judiciário e MPU

Quem anda no lotado metrô do Rio de Janeiro não é mais passageiro. É cliente. Todas as vezes que a empresa se reporta ao usuário do transporte é assim que ela o menciona. A mudança veio com os ventos da privatização, sem que isso significasse mais conforto, qualidade ou expansão do serviço.

A citação do metrô carioca é um dentre muitos exemplos possíveis da mentalidade que vem sendo, ao longo das duas últimas décadas, imposta ao serviço público e ao servidor. É a lógica do mercado, que combina com comércio, com especulação financeira (como a que agora desaba no mundo), mas não tem nada a ver com prestação de serviços públicos.

É neste cenário de "qualidade total", "metas" e "avaliações de produtividade" que os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União têm que se debruçar sobre a elaboração e a luta por uma proposta de carreira da categoria.

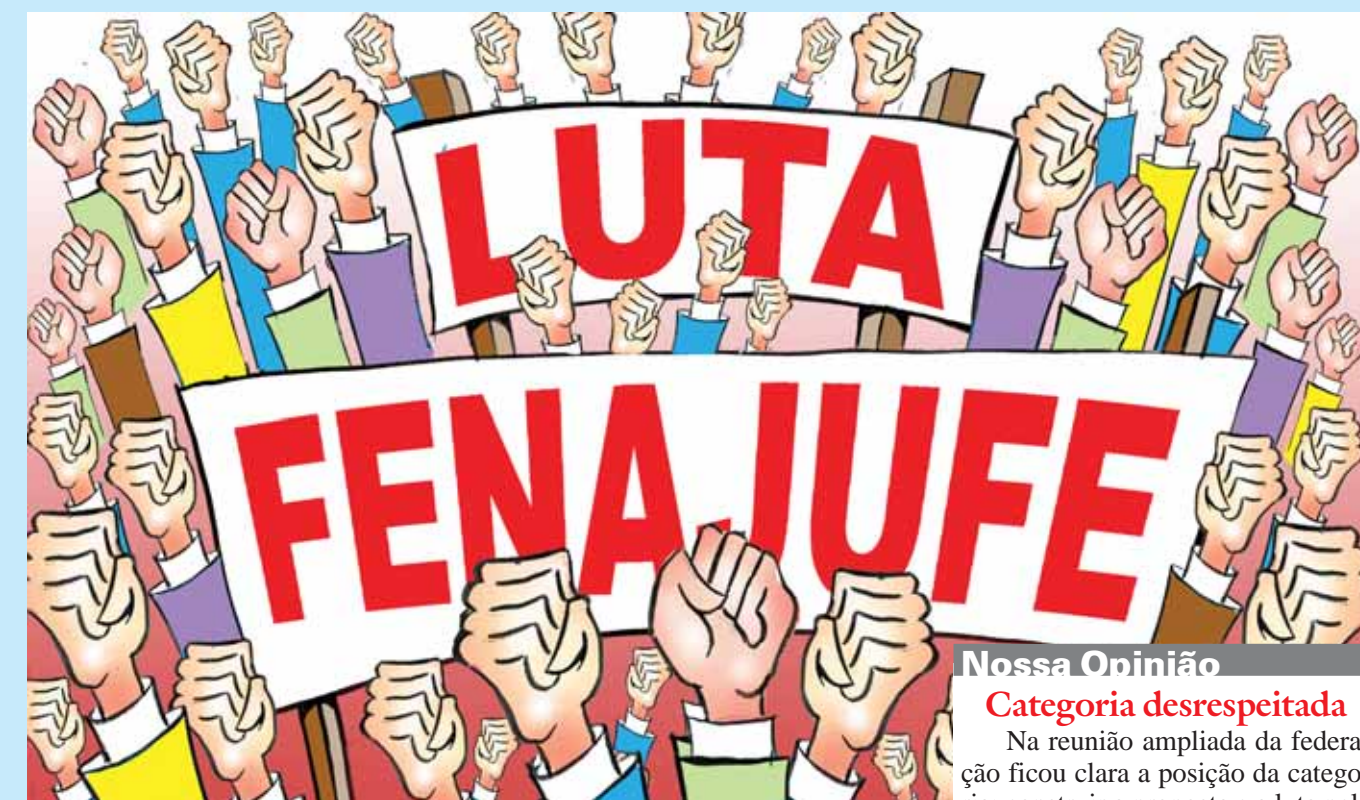
Formular um projeto que valorize o servidor e o próprio serviço público, dando ao primeiro uma perspectiva de crescimento profissional e resgatando o caráter público e social do segundo, confronta-se com o modelo neoliberal privatista de administração, com o clientelismo e o nepotismo.

O servidor comprometido com o interesse público atrapalha os planos de privatização do Estado, que marcaram o governo FHC e seguem sendo aplicados na gestão de Lula.

Nas quatro páginas desta reportagem especial, o jornal **Luta Fenajufe** relatará aspectos centrais levantados por servidores para nortear o plano de carreira.

Neste debate sem propostas fechadas, parte-se do princípio de que é preciso resgatar o papel público e social do estado e formular um projeto de carreira que, ao atender às necessidades profissionais do servidor, dê ao Judiciário e ao MPU condições de atender melhor à população.

Haverá quem argumente que a realidade está dada, é estática e imutável. O movimento **Luta Fenajufe**, porém, acredita que a categoria que já venceu tantas batalhas, mudou uma decisão do STF e conquistou por três vezes o PCS, é também capaz de se mobilizar e enfrentar esse novo desafio.



Categoria desrespeitada

Na reunião ampliada da federação ficou clara a posição da categoria: construir a proposta e a luta pela carreira num processo transparente e democrático. Infelizmente, 30 dias após este fórum nacional, que reuniu 23 sindicatos, o setor majoritário da direção da Fenajufe tomou uma decisão que contraria tais princípios.

Após o STF oferecer vaga em uma comissão que tratará do "PCS", aceitou indicar um só representante para negociar o plano de carreira de toda a categoria. O "escolhido", aliás, encontrava-se licenciado para disputar as eleições municipais e nem integra o GT da carreira, aprovado na reunião ampliada.

É antidemocrático. E é fato inédito na história da Fenajufe estabelecer negociação deste porte com um único representante. No PCS de 2002, sem dificuldade a federação garantiu cinco pessoas na comissão do STF.

A transparência e a democracia têm que marcar a luta pelo plano de carreira. A representação na comissão, expressar a base da categoria. Os nomes têm que ser submetidos aos servidores na reunião ampliada, que pode ser convocada extraordinariamente se for necessário.

E temos que pautar a negociação em torno da decisão dos trabalhadores: lutar por um plano de carreira que valorize o servidor público.

GESTÃO DO TRABALHO

Substituir gestões privatizadas por modelos democráticos e públicos

A gestão do trabalho no Judiciário Federal e no MPU vem sendo privatizada por meio de assessorias externas. É um processo contraditório com o caráter público e que deveria ser democrático do Estado.

O modelo que está sendo implementado, na avaliação do **Luta Fenajufe**, é inadequado e totalitário. Fomenta o assédio moral e agrava os problemas das condições de trabalho.

A gestão não é secundária e tem que ser trabalhada no plano de carreira. Deve estar voltada para a democratização das relações no Judiciário e no MPU e para um atendimento qualitativamente melhor para as demandas da população.

Os programas a serem desenvolvidos têm que contemplar medidas preventivas para saúde e que coíbam o assédio moral.

Experiências anteriores com os PCSs mostram que a implementação do plano de carreira precisa ser observada de perto pelos servidores.

Para acompanhar a implementação do plano de carreira e mesmo de um modelo de gestão do trabalho alternativo ao que está aí, o **Luta Fenajufe** propõe que se faça um debate em torno da criação do Conselho de Gestão da Carreira e de Gestão do Trabalho, com instâncias locais e nacional. Estes conselhos teriam a participação de servidores e sindicatos.



Combate à terceirização tem que nortear proposta dos servidores

Avanço na terceirização é considerado ameaça ao plano de carreira

A terceirização é uma ameaça à carreira e à própria existência do servidor nos serviços públicos. É também sinônimo de precarização do trabalho, redução de direitos e privatização. E facilita práticas corruptas e clientelistas.

Os atributos acima associados à terceirização – todos citados por especialistas e sindicalistas – levam o combate desta prática ao centro de qualquer projeto de carreira que se possa imaginar. Motivo básico: quanto mais terceirização, menos servidores públicos. Sem servidores, para que carreira?

O tema, ressaltado na reunião ampliada dos sindicatos da categoria, preocupa os dirigentes sindicais que integram o Luta Fenajufe: “Ninguém vai privatizar [o Judiciário] diretamente, mas pelas beiradas. Se privatizar as funções de auxiliares, nós também teremos a privatização dos técnicos, e se privatizar os técnicos, também teremos a privatização dos analistas”, disse Pedro Aparecido, do Sindijufe, de Mato Grosso.

O procurador do Trabalho Cássio de Araujo Silva considera a terceirização um artifício para desrespeitar a exigência constitucional do concurso público e um entrave para os planos de carreira. “A exigência da Constituição Federal de só validar a admissão de trabalhadores via concurso público é algo totalmente na contramão da visão dominante. Deste modo, eles acharam um ‘jeitinho’ para burlar a exigência”, disse durante um seminário sobre carreira pro-

Judiciário paga caro para empresas explorarem trabalhador terceirizado

A terceirização sai cara aos cofres públicos. Levantamento do Sintrajud, de São Paulo, mostra que o Judiciário gasta cerca de R\$ 5.000,00 por mês com cada trabalhador terceirizado. No caso real da vigilância de um tribunal paulista, cada trabalhador subempregado é contratado por R\$ 920,00, mais algum eventual benefício.

Considerando-se que ele saia a um custo total com en-

cargos de R\$ 1.500,00 para empresa terceira, esta fica com mais de 70% do que o Estado desembolsa.

O trabalhador recebe menos do que um auxiliar judiciário, enquanto o tribunal paga por cada posto de trabalho mais do que gastaria com um técnico em início de carreira.

É comum a quebra de empresas de terceirização e o calote em encargos e benefícios trabalhistas e até em salários.



Terceirizados se mobilizam contra atraso de salários, no TRE-SP

movido pelo Sindjus, de Alagoas. Ele apontou a súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho como um salvo-conduto para terceirização da vigilância, limpeza e serviços especializados para atividade-meio. “As empresas e a administração pública ficaram livres para ‘terceirizar’

as mais diversas ‘atividades-meio’”, observou o procurador, que defende o fim da terceirização por ela fragilizar a administração pública e servir a práticas “nocivas à humanidade”, ao patrimonialismo, ao beneficiamento pessoal e ao clientelismo.

Terceirizações aumentaram no governo Lula, revela estudo

O Luta Fenajufe defende que o plano a ser formulado tenha como princípio a valorização do servidor e o fim da terceirização. A eliminação das definições de área-meio e área fim é apontada como um passo importante nessa direção.

Outro é elencar de forma abrangente as diversas atribuições dos cargos, de forma a eliminar as brechas para terceirização de atividades.

Analisa-se ainda a possibilidade de criação de mais um cargo para contemplar, dentro da carreira, o trabalho de limpeza e vigilância.

Há acordo entre os dirigentes sindicais quanto à necessidade de lutar contra a terceirização. Mas o que tal-

vez não esteja explícito é que este aspecto da proposta, se for para valer, baterá de frente com a atual política de gestão pública, herança da administração FHC que foi aprofundada.

Por trás da propaganda em torno de concursos públicos, a maioria aquém das reais necessidades, a terceirização aumentou no governo Lula. No último ano do primeiro mandato, em 2006, as despesas nesta área foram 11% maiores do que no último ano do governo FHC, em 2002. É o que revela levantamento do consultor legislativo Gilberto Guerzoni Filho, no trabalho “Diagnóstico e Perspectivas da Política de Recursos Humanos na Administração Pública Brasileira”. Em valores atua-

lizados à época, foram R\$ 12,9 bilhões contra R\$ 11,7 bilhões. Ao todo, o primeiro mandato de Lula gastou R\$ 43,1 bilhões com terceirização.

Outro projeto do governo cria as fundações estatais de direito privado, que podem assumir quase todas as áreas sociais da administração pública. Nestes setores, não haveria servidor.

É fato que no Judiciário ocorreram, nos últimos anos, mais concursos do que em outras áreas, porém em patamar insuficiente para deter a terceirização. E é provável que o governo tente influenciar neste aspecto fundamental da carreira dos trabalhadores do Judiciário.

LUTA PELA CARREIRA Valorizar o servidor e o serviço público

Você se sente realizado no trabalho que faz?

Construção da proposta dos trabalhadores deve se pautar por dar ao servidor condições de trabalho, de salário e de evolução na carreira pública que o permitam se sentir realizado profissionalmente

É pensando na resposta à pergunta que dá título a este texto que os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União devem elaborar o plano de carreira pela qual vão lutar. É o que defende o coletivo Luta Fenajufe, que entende que é o momento de avançar e ultrapassar as fronteiras dos planos de cargos e de salários.

O plano de carreira permite pensar o papel do servidor público, as relações de trabalhos nele estabelecidas e alternativas que estabeleçam outros parâmetros para a vida profissional do servidor.

É possível, portanto, através da carreira procurar atacar problemas como as condições de trabalho, a saúde do trabalhador, o assédio moral e o autoritarismo.

O desenvolvimento da carreira

Um dos aspectos fundamentais a serem respondidos é como o trabalhador evolui na carreira. A Constituição de 1988 pôs fim ao mecanismo da ascensão funcional. A medida coibiu abusos e manobras que burlavam o concurso público, mas não apresentou alternativa de evolução na carreira para o servidor.

Veio a estagnação e o desestímulo, fomentados ainda pela política de desmonte dos serviços públicos.

O retorno da ascensão, mesmo que com critérios que

o enquadrem num conceito de carreira, demandaria uma emenda à Constituição.

Caminhos alternativos passam, então, por propostas nas quais o servidor possa evoluir sem sair do cargo para o qual prestou o concurso. Isto é, a evolução na carreira é possível, mas dar-se-ia dentro do cargo.

As mudanças na tabela de classificação

A partir desta premissa, que não impede a luta pela emenda constitucional, servidores de diversos estados do país elencaram alguns elementos para uma proposta a ser debatida pelo conjunto da categoria, que reúne três mudanças básicas na tabela de classificação na carreira:

- 1) O entendimento do termo “classe” passaria a identificar uma distinção de complexidade das atividades exercidas.
- 2) A promoção contaria agora com dois requisitos, tempo no cargo e formação escolar.
- 3) E a alteração na nomenclatura dos cargos, visando aproximá-la da ampliação do conjunto de complexidades assumidas. A nova nomenclatura seria: Técnico (atual Auxiliar), Analista (atual Técnico) e Assessor (atual Analista).

Assim, o servidor teria o direito de optar por prosseguir na carreira naturalmente, sem alterar a complexidade das atribuições pelas quais responde, ou avançar para outros desa-



Inserir as FC's na evolução da carreira

A proposta de plano de carreira precisa, necessariamente, mexer nas funções comissionadas. Foi consenso na reunião ampliada, em Brasília, que a falta de critérios na sua distribuição e o uso delas como moeda de troca fazem das FC's um problema que exige uma solução.

As funções comissionadas fomentam a disputa entre os servidores, estimulada pelas gestões que as usam mais como prêmio a quem lhes é fiel do que como reconhecimento de experiência e dedicação ao trabalho.

A necessidade de mudar é consensual. Como fazê-lo. O movimento Luta Fenajufe corrobora a ideia de

que são necessários critérios objetivos para concessão das funções. E vai além: defende que tanto os critérios como a própria FC passem por dentro da proposta de carreira a ser elaborada.

A própria FC poderia compor a evolução do servidor na carreira. Além disso, a ocupação delas passaria pela combinação de fatores como tempo de serviço, formação profissional e concurso. A possibilidade de eleição dos cargos de chefia também merece ser debatida.

São questões a serem aprofundadas na busca de relações de trabalho democráticas e que valorizem a carreira, não o apadrinhamento.

fos ao percorrer uma variante de evolução dentro do mesmo cargo. Para alcançar a promoção, teria que combinar tempo de serviço com formação.

No caso do servidor que se inicia no nível de escolaridade fundamental, após um interstício a ser definido (dez anos, pode ser um parâmetro), se contasse com formação de nível intermediário, poderia alçar atribuições correspondentes a esse novo nível.

Num segundo momento, tendo obtido formação superior, poderia trilhar outra variante que o levaria a exercer atividades de complexidade mais elevada.

Situação similar ocorreria com o cargo de nível médio. O servidor que já se encontra no nível superior também teria uma perspectiva de evolução profissional com a formação.

As progressões na carreira seriam verticais e horizontais e aconteceriam a cada dois anos, de forma intercalada.

Para alcançar a progressão horizontal, o servidor teria que cumprir determinado número de horas de formação/qualificação. A cada avanço na classificação horizontal da tabela, haveria o acréscimo percentual de 1,67% sobre o vencimento base (adicional de especialização), até o patamar de 25% sobre o salário.

A progressão vertical, por tempo de serviço (quando o servidor também acumula conhecimento), seria automático a cada dois anos.

Os parâmetros salariais

Na definição dos parâmetros salariais, pode-se utilizar o teto constitucional, que é estabelecido a partir do próprio Judiciário e baliza os salários em todo o serviço público.

Como é difícil adotar o teto constitucional como teto da tabela, já que ele se refere aos salários pagos nos mais altos cargos do serviço público, chegou-se à proposta de limitar a remuneração da carreira a 80% daquele valor.

Outro aspecto relevante é não permitir um distanciamento maior entre o menor e o mais alto salário da carreira, o que pode ser alcançado se o piso for dimensionado a um quinto do valor do teto. Há ainda a necessidade de adotar um subteto para a tabela de progressão (evolução vertical).

Salto na produtividade e pressão no trabalho 'cobram' redução da jornada

O movimento Luta Fenajufe defende incluir na proposta de carreira a jornada de trabalho de 6 horas diárias sem redução de salários.

Jamais na história da humanidade a produtividade deu saltos tão grandes como nas últimas décadas e em todas as áreas: na agricultura, na indústria, no setor de serviços.

A revolução tecnológica permitiu ao trabalhador produzir mais em muito menos tempo – aumentou a produtividade, sem que isso tenha sido repassado para os salários ou compensado com jornadas menores.

Os avanços são tão impressionantes que o economista Márcio Pocheman, que preside o Ipea, instituto ligado ao governo federal, afirma que no atual estágio da economia seria possível adotar uma jornada de 4 horas semanais de trabalho. Foi o que disse em Recife (PE), na plenária nacional da categoria.

No Judiciário e no MPU, boa parte dos servidores trabalha com computadores, o que a lei restringe a 6h diárias. “As pessoas estão trabalhando muito mais do que o expediente, o quadro do Judiciário é insuficiente”, disse



Madalena Nunes, do Luta Fenajufe e diretora do sindicato do Piauí (Sintrajufe), na reunião sobre carreira, em Brasília. Muitos estão adoecendo em função da pressão no trabalho, afirmou.

Pelo fim dos bancos de horas

Há uma quase unanimidade entre os dirigentes sindicais no Judiciário Federal e no MPU a favor das 6 horas. Mas há uma contradição entre defender a jornada menor e, ao mesmo tempo, concordar com o banco de horas, como faz a CUT e outras centrais ligadas ao governo e ‘parceiras’ de grandes empresários.

Em muitos tribunais, o banco de horas vem sendo adotado, formalmente ou não. E horas extras não são pagas.

O Luta Fenajufe defende incluir na proposta de carreira o veto ao banco de horas imposto a servidores.

Defesa da paridade enfrenta política de confisco de aposentadorias mantida por Lula



Servidores nas rampas do Congresso, na marcha em defesa das aposentadorias, em 2003

A paridade e a isonomia entre ativos e aposentados não são secundárias na proposta de planos de carreiras para o Judiciário e o MPU. O governo tem o fim da paridade e da isonomia como meta constante.

Todos os planos de cargos endossados pelo Ministério do Planejamento para o Executivo criam gratificações variáveis, ligadas à produtividade e das quais os aposentados são excluídos de sua integralidade.

Este modelo de gratificação não é invenção do presidente Lula – elas foram adotadas na gestão de FHC –, mas vem sendo ampliado neste governo.

O governo Lula também mantém o fator previdenciário, redutor de aposentadorias do INSS, e a taxação de 11% no setor público.

É nesse quadro que a paridade e a isonomia entre ativos – que se aposentaram um dia – e aposentados ganham relevância.

LUTA PELA CARREIRA Reunião ampliada forma Grupo de Trabalho

Decisões sobre carreira devem passar pela base da categoria

GT precisa garantir democracia no debate e preparar proposta ancorada no que vem sendo aprovado na base da categoria



Démerson expõe proposta na reunião ampliada, em Brasília

Da reunião ampliada da direção da federação nacional (Fenajufe), realizada no final de agosto em Brasília, pode-se concluir que há uma preocupação nacional dos servidores do Judiciário Federal e do MPU em formular uma proposta que de fato dê uma perspectiva de carreira para os trabalhadores do setor. Algo que não se limite a tratar de tabelas salariais.

Questões como a possibilidade de ascensão profissional, ocupação das funções comissionadas e cargos de chefia, o quadro único, o combate ao assédio moral, a democratização das relações de trabalho e a jornada de 6h, entre outras, foram destacadas nos relatos de como andam os debates nos estados. Neste encontro que teve como marca a síntese das propostas - algumas mais elaboradas, outras restritas a linhas gerais - não foram registradas de forma explícita grandes polêmicas. Até porque a maioria fez questão de dizer que são posições ainda em debate, não fechadas.

Grupo de Trabalho (GT) foi criado para estudar e preparar uma proposta. A aprovação do projeto a ser defendido pela categoria ficou para as reuniões e o seminário marcados pra novembro.

Apesar disso, ficaram claras pelo menos duas tendências distintas do que se pretende:

1) construir de fato um plano de carreira abrangente que atenda aos interesses da categoria, mas também ao interesse público;

2) ou manter o foco nas questões salariais. "Existe uma forte pressão para que tratemos o plano de carreira como um novo PCS, é compreensível, mas é uma situação que precisamos saber evitar", analisa Démerson Dias, diretor do Sintrajud e da coordenação do Luta Fenajufe, um dos servidores escolhidos para integrar o GT.

Para Démerson, a luta sobre o plano de carreira, além de contemplar as questões salariais, permite debater o papel do Estado, combater o seu desmonte e a privatização e construir novas perspectivas profissionais para o servidor.

Na opinião de José Moraes, diretor da Fenajufe e do sindicato de Alagoas (Sindjus-AL), a reunião ampliada foi produtiva. "Mas temos apenas que estar atentos às propostas que sugerem um novo PCS", diz Moraes, que também integra a coordenação do Luta Fenajufe e o GT.

Reunião nacional sobre carreira

Pontos em que houve consenso

- ✓ Incluir o conceito de carreira, cargo e classe na lei
- ✓ Detalhar todas as atribuições dos cargos em lei para evitar desvios de função e terceirização
- ✓ Vetar a terceirização nos cargos da carreira
- ✓ Critérios objetivos e democráticos para FC's e Cargos em Comissão
- ✓ Paridade entre ativos e aposentados
- ✓ Aumento dos percentuais de adicional de qualificação;
- ✓ Carreira única
- ✓ Quadro único para a mobilidade.

Pontos a serem debatidos

- ⇒ Funções comissionadas e cargos em comissão (definição de critérios, concurso, tempo de serviço, eleição, incorporação na carreira, extinção das FCs, redução gradativa, restrição a cargos de coordenação, 100% para efetivos etc.)
- ⇒ Jornada de 6h (inclusão no projeto ou luta em separado)
- ⇒ Formação (criação de escola de formação do Judiciário, custeada pela união, reestruturação das escolas, Enap e outras escolas, qual aumento percentual do Adicional de Qualificação)
- ⇒ Adicionais, gratificações e licenças (adicional por desempenho a cada 5 anos; anuênio; licença-prêmio; gratificação de atividades cartorárias; mudança na gratificação judiciária e ministerial)
- ⇒ Desenvolvimento na carreira: (Ascensão funcional - critérios; concurso externo com reserva de vagas ou concurso interno; cargo único; nomenclatura dos cargos; progressão vertical e horizontal; carreira em Y; avaliação de desempenho com critérios objetivos).
- ⇒ Tabela salarial (Padrões: 10, 15, 16 ou 30 anos; referencial, intercessão dos cargos)
- ⇒ Quadro único para unificação dos direitos.

FGV é associada à privatização e à desvalorização do servidor

"Xô, FGV". Assim um servidor defendeu a necessidade de uma campanha nacional contra os projetos da Fundação Getúlio Vargas para o Judiciário Federal. O tema foi em vários momentos mencionado na reunião ampliada da federação, que debateu o plano de carreira.

Para Démerson Dias, dirigente do Sintrajud (SP) e integrante do Luta Fenajufe, o cenário esboçado pela FGV é de privatização e desvalorização do servidor. "Para a FGV o Judiciário deve se resumir à função de juiz", disse. "É preciso combater essa mentalidade privatista da FGV nos tribunais", defendeu.

A FGV vem sendo contratada não apenas pelas administrações de tribunais para preparar projetos de gestão, mas por outros setores da administração pública.

No Rio de Janeiro, a FGV cuida da privatização dos hospitais públicos estaduais, por meio das fundações estatais de direito privado. "Temos que expulsar as FGVs de nossas vidas e do Judiciário", resumiu Pedro Aparecido de Souza, do Sindijufe (MT) e dirigente da Fenajufe.

Soluções para oficiais de justiça e agentes passam pela carreira

Os oficiais de justiça e os agentes de segurança conformam dois segmentos da categoria que desenvolvem há algum tempo um debate sobre suas especificidades. Possuem uma série de reivindicações específicas que devem ser consideradas na proposta de plano de carreira.

A questão da segurança no Judiciário é complexa e relevante, merece atenção especial.

Os oficiais de justiça vêm sendo sistematicamente desrespeitados e desvalorizados pelas administrações dos tribunais.

As soluções para resolver as questões relacionadas à natureza das atribuições de ambos os segmentos passa pela luta conjunta por um plano de carreira que atenda a toda categoria.

OS CHAPAS-BRANCAS Luta Fenajufe defende reação dos sindicatos de luta

CUT cria sindicato chapa-branca em 15 minutos e se une a governo para tentar dividir os servidores

Professores comparam sindicalistas da CUT a gangsters atrelados ao governo e afirmam que objetivos são cobrar imposto sindical dos servidores e dividir a categoria

A parceria entre o governo Lula e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) já é conhecida. Mas, de uns tempos para cá, governo e central uniram-se para atacar e tentar dividir os sindicatos sobre os quais não têm controle. É o que acontece com o Andes, o sindicato nacional dos docentes das universidades:

A assembleia foi na sede da CUT nacional, em São Paulo. Com supostos votos por procuração e seguranças que revistavam professores, transformaram uma ONG que assessora o Ministério da Educação em um sindicato nacional. Cerca de 200 docentes contrários à divisão foram impedidos de entrar na assembleia. Convoada por edital para as 15h de 6 de setembro, terminou 15 minutos depois, às 15h15.

Sindicalismo mafioso?

O professor Roberto Leher, ex-presidente do Andes, esteve lá e resume o que viu: "Os piores temores sobre como seria a assembleia foram confirmados. O esquema de segurança diante da sede da CUT e o aparato para 'legitimar' a fraude constituída poderiam ser o cenário de 'Hoffa - Um Homem, Uma Lenda', de 1992, dirigido por Danny De Vito e protagonizado por Jack Nicholson. Não pela impetuosidade de Jimmy Hoffa que fez do sindicato dos caminhoneiros uma organização poderosa, mas pelo uso da violência, de golpes e trapaças contra os adversários", escreveu em artigo.

No mesmo texto, diz que os propósitos estão claros: "O histórico dessa ONG que assessora o MEC permite confirmar que esse 'sindicato' está sendo criado para oferecer ao Ministério da Educação uma casamata nas universidades em defesa dos projetos governamentais. Para a CUT, interessa a sua criação, pois, além de contribuir para enquadrar os sindicatos na condição de correias de transmissão do governo, abre caminho no serviço público para o recolhimento do imposto sindical".

A maioria dos sindicatos dos servidores não cobra imposto sindical. A exceção no Judiciário é o Sindiquinze. A lei sobre as centrais iniciou a corrida entre sindicalistas chapas-brancas pelo imposto, agora em novo formato. O Andes ainda sofre um ataque direto do Ministério do Trabalho, que cassou o seu registro sindical.



O Sindicato dos docentes é filiado a Conlutas, que ajudou a construir e que bate de frente com os projetos do governo. Ainda é contra a cobrança do imposto sindical.

Dirigentes sindicais e entidades não atreladas ao Planalto lançaram campanha em defesa do Andes. Os próprios docentes, num congresso extraordinário, reafirmaram o Andes como sindicato nacional. Também ratificaram a filiação a Conlutas.

O diretor da Fenajufe Claudio Klein defende que a federação e os sindicatos aprovem moções e se posicionem contra o "golpe governista". E alerta: o que ocorreu não é fato isolado e ameaça toda resistência aos projetos de Lula.

Sede da Conlutas foi invadida por jagunços em São José dos Campos

O que ocorreu com o Andes não é caso isolado. Vem acontecendo com outros setores do movimento sindical independente, não atrelado ao governo. Na Previdência, anuncia-se a criação de um sindicato nacional paralelo do INSS, num ataque aos tradicionais Sindsprev's.

A violência também tem sido a marca em muitos destes processos. Em agosto, em São José dos Campos, a sede da Conlutas foi invadida

NOSSA OPINIÃO

Vergonha

A CUT é um braço sindical do presidente Lula. Outras centrais "oficiais", como a Força, a UGT e a CTB - também são atreladas ao governo. Isto não é novidade.

Mas há uma investida divisionista e violenta destes setores contra os sindicatos e entidades que não capitularam ao governo.

Não são casos isolados. É ataque criminoso à classe trabalhadora. Precisa ser combatido. Tentam calar quem não se vendeu e destruir as organizações sindicais combativas. Não querem reações a projetos que acabam com o direito de greve, congelam salários ou dão calote nos trabalhadores.

Felizmente, em todos os setores, em todos os cantos deste país há lutadores que resistem e não se entregam. Precisam estar unidos para denunciar e combater os traidores e os projetos neoliberais destes governantes e para defender os direitos dos trabalhadores.

por jagunços armados durante uma assembleia dos trabalhadores terceirizados da Revap,

Em São Bernardo dos Campos, num encontro de metalúrgicos, membros da comissão de fábrica da Volkswagen foram agredidos após discordarem de uma tentativa da direção do sindicato, ligado à CUT, de passar por cima da decisão da assembleia geral de pôr fim ao banco de horas.

RECESSO E PL DO PCS

Projetos podem ser apreciados após eleições

Dois projetos de interesse dos servidores do Judiciário Federal podem ser votados ainda este ano: o PLC 06/2007, que trata do recesso, e o PL 319/2007, que altera alguns pontos relevantes do Plano de Cargos e Salários da categoria.

O PL 319 está há cerca de um ano na Comissão de Finanças da Câmara. Ele resgata pontos do PCS vetados pelo presidente Lula em 2006, na sanção da Lei 11.416/2006. O veto contrariou acordo que Lula firmara com o Judiciário.

O projeto enquadra todos os três cargos (auxiliar, técnico e analista) em uma única carreira típica de Estado. E estende o adicional de qualificação para técnicos e auxiliares com nível superior. Assembleias nos estados vêm debatendo qual a posição dos servidores quanto à retroatividade da lei, que resultará



Melqui e Adilson com o deputado Eduardo Cunha, da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

em passivos relativos ao adicional. O Supremo Tribunal Federal prometeu se empenhar para que o PL seja votado ainda este ano.

Recesso - A campanha pela manutenção do recesso no Judiciário precisa ser retomada logo após as eleições municipais. É o que defende o diretor da Fenajufe Antonio Melquiades, o Melqui, que vem participando, em Brasília, das ações po-

líticas pela volta do texto original do PLC 06/2007, de autoria do deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS).

Substituído no Senado pelo texto do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto retornou à Câmara dos Deputados. Inicialmente, ele estendia o recesso às justas estaduais. O substituto põe fim geral ao recesso judiciário e estabelece apenas a suspensão dos prazos.

Ambas as propostas visam as férias dos advogados. Mas a suspensão é criticada por represar publicações e audiências para uma única data.

Segundo Melqui, o deputado Mendes Filho disse querer restituir o texto original. "Vários deputados se mostraram favoráveis", relata o servidor, que integra o Luta Fenajufe.